

Equipes divergem sobre a política para os juros

Diferentes concepções sobre o papel da taxa de juros na economia constituem o primeiro e imediato divisor de águas entre a equipe do ex-ministro Francisco Dornelles e o grupo de economistas que assessoram o atual ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Outras diferenças também se evidenciam em relação à dívida externa, dívida pública interna e déficit público.

Segundo o professor Carlos Lessa, doutor em Economia pela Universidade de Campinas, presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (Ierj) e alinhado com as idéias dos economistas que estão ao lado de Funaro, apesar de todas as diferenças, há um ponto em comum que une os economistas das mais diferentes tendências e concepções: o combate tenaz à inflação quando sua taxa chega a 14% em um mês, como ocorreu em agosto.

Ao analisar as linhas básicas da equipe de Dornelles, o professor Lessa lembra que a taxa de juros representava um dos instrumentos de combate à inflação, porque seu aumento conteria a demanda global, com redução dos investimentos. Funaro e seus assessores pensam de forma diferente, ao considerarem que a taxa de ju-

ros é um elemento realimentador da desordem financeira pública, sendo também um prêmio à atividade especulativa, além de conduzir à perda de investimentos e comprometer assim o crescimento econômico a longo prazo. Para o presidente do Ierj, esta é a orientação mais acertada, sobretudo porque a continuidade da política defendida por Dornelles acabaria redundando em recessão, contrariando as diretrizes básicas do governo Sarney.

Outra diferença substancial ocorre quanto ao problema do déficit público. Lessa recorda que a equipe de Dornelles defendia a redução do déficit público a qualquer preço, sem se importar com seus reflexos negativos no crescimento econômico e na diminuição de empregos. Para Dornelles, a redução do déficit público diminuiria a pressão no mercado financeiro, liberando recursos para o setor privado, com o menor crescimento da dívida pública, o que ocasionaria também a queda da taxa de juros. Como a dívida pública interna se articula com a dívida externa, esta cresceria menos porque o País teria maiores superávits comerciais, podendo assim pagar mais juros, o que estagnaria a dívida externa no seu nível atual.